

A IGREJA SUEVA DE SÃO MARTINHO DE DUME

ARQUITECTURA CRISTÃ ANTIGA DE BRAGA E NA ANTIGUIDADE TARDIA DO NOROESTE DE PORTUGAL

LUÍS FONTES

Unidade de Arqueologia da Universidade
do Minho

“Não ornarn refeições aqui dourados leitos / Da Assíria não verás a púrpura presente / Nem rútilos festins em mesa resplendente / Por cem cavernas há, segundo a regra feitos. / A taça, cujo lado ostenta asa dourada / E curva não terás; nem beberás também / De Gaza ou de Falerno, ou Quio, ou da afamada / Videira sa-raptena o vinho que provém. / Contudo, se da mesa a parca refeição / Bastar-te não puder, – suplico, a deficiência / Suprir busques então / Com plena paciência.”

In Refectorio: verso de São Martinho (tradução de Francisco José Veloso, 1949-1950)

A Igreja Sueva de Dume: resultados actualizados

Dume localiza-se a menos de 3 quilómetros da cidade de Braga, nos recortes da bordadura meridional do vale do Rio Cávado, pouco restando do seu carácter rural, dominado pela característica paisagem de “bocage”, progressivamente transformada pela expansão urbanística da cidade de Braga.

Aí em Dume, próximo da *urbs* e à margem da estrada romana que ligava *Bracara Augusta* a *Lucus Augusti* por *Limia* e *Tude*, entre o *saltus* e o *ager*, levantou-se por meados do século VI uma basílica consagrada a S. Martinho de Tours – “(...) *Erat enim eo tempore Miro Rex Civitate illa, in qua decessor ejus Basilicam Sancti Martini aedificaverat* (...)”, como refere S. Gregório de Tours nos seus *Miracula et Opera minora*, IV, 7.



FIG.1 PLANTA DAS RUÍNAS ARQUEOLÓGICAS DA BASÍLICA DE DUME (UAUM/LFONTES).

- Romano (sécs. I-V)
- Suevo e Visigodo (sécs. VI-VIII)
- Alto Medieval (sécs. X-XI)
- Moderno (sécs. XVII-XVIII)
- Contemporâneo (inícios séc. XX)
- Actual (finais séc. XX)





FIG.2 PORMENOR DA ABSIDE SUL, EVIDENCIANDO SOLUÇÃO CONSTRUTIVA. © UAUM/LFONTES.

As ruínas da basílica sueva de Dume (classificadas como Monumento Nacional - Decreto N.º 45/93, de 30-11), localizam-se sob a actual igreja paroquial, no centro da freguesia, marcando a sacralidade do lugar desde há mais de 1500 anos. Mandada construir pelo rei suevo Charrarico cerca do ano 550, foi consagrada a São Martinho de Tours, como voto de agradecimento pela cura do filho. Foi esta basílica que São Martinho de Dume elevou a sede episcopal, cerca de 558, após ter fundado um mosteiro junto, adaptando uma antiga *uilla* romana. Dos textos coevos da fundação do mosteiro de Dume e dos séculos seguintes, transparece precisamente a importância do conjunto monástico dumiense como centro de difusão religiosa e cultural. O testemunho manuscrito de Valério Pinto de Sá, citado por João de Moura Coutinho, constitui a primeira referência explícita, datada do século XVIII, da existência de um primitivo templo soterrado sob a igreja paroquial de Dume. Relatou então, com alguma tristeza, a ampliação que se fez da igreja paroquial, sem se cuidar de proteger e estudar os inúmeros vestígios que surgiam da demolição do templo anterior, depreendendo-se a existência de uma edificação de planta trilobada, desenvolvendo-se sob o templo actual e estendendo-se pelo adro.

As escavações arqueológicas que aí se têm vindo a realizar, desde 1987, permitiram colocar a descoberto vestígios correspondentes a uma ocupação do local desde o século I até à actualidade, destacando-se significativos troços do templo de época sueva (século VI) e da sua reedificação alto-medieval (séculos IX-X), confirmando-se portanto a existência das ruínas vistas no século XVIII.

Os vestígios mais antigos correspondem a parte de uma *uilla* romana fundada nos séculos I-II e continuamente ocupada nos séculos seguintes, como comprova a construção de um balneário nos séculos III-IV, bem como a adaptação de parte dos edifícios a mosteiro, como evidenciam os testemunhos de remodelações nos séculos VI e VII.

Os vestígios da basílica sueva estendem-se pelo adro e sob a actual igreja paroquial, numa área superior a 750 m². Conservam-se restos da fachada, da nave, da quadra central e da cabeceira, conseguindo-se reconstituir o traçado global do primitivo templo. Construído com poderosas paredes de cantaria almofadada e de alvenaria graníticas, o edifício desenha uma planta em cruz latina orientada Oeste-Este, com cabeceira trilobada e uma só nave rectangular. (Fig.1 e 2).

A excepcional dimensão do templo, mesmo no contexto peninsular, poderá explicar-se por se tratar de uma edificação de iniciativa régia, com a qual se deve ter pretendido afirmar não só o poder suevo, mas especialmente testemunhar, através de uma grandiosa obra arquitectónica, a efectiva conversão do rei e do seu povo ao cristianismo católico, conversão que São Martinho Dumiense haveria de consolidar, lançando as bases da organização administrativa e territorial da Igreja Bracarense. Este vasto edifício, com cerca de 33m de comprimento e 21m de largura máxima, apresenta uma divisão interior de espaços bem estabelecida: uma nave rectangular, com passagem à quadra central marcada por uma tripla arcatura apoiada em quatro pares de colunas, formando uma *iconostasis* de triplo vão; uma quadra central, que se elevaria em torre lanterna e que se prolonga lateralmente por duas absides semicirculares, formando uma espécie de transepto, ritmando-se as paredes internas com uma teoria de colunas adossadas; uma capela-mor também de planta semicircular peraltada, mais elevada e à qual se acedia por três degraus, também ritmada interiormente por colunas adossadas. Do ponto de vista da organização litúrgica do espaço, as três zonas que se diferenciam com clareza na basílica de Dume testemunham toda a complexidade do serviço litúrgico de época suévica, correspondente a uma prática de culto em que se separava o santuário e o coro, reservado aos sacerdotes, da zona da nave, reservado aos fiéis, apontando para uma tradição litúrgica cristã com origem no Mediterrâneo oriental, muito provavelmente grega.

A solução planimétrica evidenciada pela basílica de Dume inscreve-se no modelo de igrejas orientais que, a partir do século VI se difundiu pelo ocidente europeu. A penetração precoce deste modelo na região bracarense parece resultar de uma difusão oriunda das regiões italianas de Milão e de Ravena, que aqui poderia ter chegado tanto por via marítima mediterrânica, como por via continental, esta através do reino franco-merovíngio. Da decoração arquitectónica praticamente nada se conservou. Os raros elementos arquitectónicos que poderiam ter feito parte da edificação sueva ostentam formas ou temáticas decorativas de tradição clássica romana, com evoluções características da incorporação de gramáticas formais e decorativas locais e/ou regionais, assemelhando-se a produções datadas, noutros monumentos, dos séculos V-VIII: um fragmento de cancel, em mármore, com decoração vegetalista; um fragmento de friso com decoração geométrica de losangos, em calcário; um fragmento de grelha de gelosia, também em calcário; e quatro capitéis do tipo coríntio. Uma imposta granítica, decorada com motivo em espinha e roseta, poderá ser de cronologia mais avançada, eventualmente associável à reconstrução altomedieval da igreja de Dume (Fig.3a, 3b, 4, 5a, 5b, 5c, 5d). Aos séculos V-VII deve reportar-se igualmente a tampa de sepultura com restos de



FIG.3A FRAGMENTO DE CANCEL, EM MÁRMORE (MDDS/MSANTOS). © UAUM/LFONTES.



FIG.3B FRAGMENTO DE INSCRIÇÃO, EM CALCÁRIO (MDDS/MSANTOS). © UAUM/LFONTES.

mosaico recolhida no adro da igreja, onde integrava um conjunto de três sepulturas alto-medievais, nas quais foi reutilizada como cabeceira.

Depois da edificação da basílica e da reconversão da *uilla* em mosteiro, no século VI, o sítio não parece ter conhecido grandes transformações, testemunhando-se arqueologicamente a sua ocupação até ao século IX. Em 866 documenta-se o abandono do mosteiro por parte do seu abade Sabarico, que se refugia em Mondonhedo, no litoral Norte galego. Em 911, Ordonho II da Galiza manda delimitar novamente o termo de Dume e confirma a anterior doação ao bispo de Mondonhedo, feita em 877 por Afonso III das Astúrias. Terá sido no quadro desta manutenção do interesse por Dume por parte da corte asturiana, que se terá reedificado a primitiva basílica sueva de Dume, erguendo-se então uma nova igreja paroquial (Fontes 1991-92; Fontes 2006).

O contexto bracarense: topografia e arquitectura cristãs antigas

Capital provincial romana e sede episcopal cristã desde finais do século III, *Bracara Augusta* foi, nos séculos V e VI, capital do Reino Suevo, afirmando-se como um lugar central do cristianismo do Noroeste Peninsular – a *Sedis Bracarensis*. Após a anexação pelo Reino Visigodo, em 585, *Bracara* continuou a beneficiar da aliança estabelecida entre a Coroa e a Igreja, mantendo o estatuto de capital provincial civil e sede metropolitana eclesiástica.



FIG.4 TAMPA SEPULCRAL COM RESTOS DE MOSAICO (MDDS/MSANTOS). © UAUM/LFONTES.

Tal como se verificou noutros núcleos urbanos do mundo romano tardio, *Bracara Augusta* não terá deixado de reflectir a nova 'ordem' veiculada pela emergência e fixação do cristianismo, pois o poder político, administrativo e económico nunca se dissociou do poder religioso, sendo esse vínculo reforçado quanto o cristianismo foi decretado, em 380, religião oficial do Estado.

No caso da cidade, para além de se verificar que toda a área intra-muros permaneceu ocupada até finais do século VII, constata-se que os grandes edifícios públicos romanos conheceram uma desactivação progressiva, adaptando-se alguns deles a novas funcionalidades, como sugere a implantação da catedral bracarense numa zona onde se admite que poderá ter existido um mercado romano.

Por sua vez, nos *suburbia*, surgem novos pólos de referência cristãos, com a construção de basílicas cemiteriais, como parecem confirmar os vestígios de necrópoles em São Victor e em São Vicente, ambas junto a eixos viários importantes que ligavam Braga ao interior galego. É também nos arredores de *Bracara* que se constroem dois dos mais importantes mosteiros do Noroeste Peninsular – o de Dume, no século VI, por iniciativa de São Martinho, e o de São Salvador de Montélios, no século VII, por iniciativa de São Frutuoso, ambos bispos de Braga e Dume.

Ainda no século V, construiu-se no monte da Falperra ou de Santa Marta das Cortiças, antigo povoado fortificado sobranceiro à cidade de Braga, um amplo edifício áulico, com templo paleocristão anexo. Muito semelhante às instalações palatinas de Recópolis, cidade do centro peninsular de fundação visigótica, a Falperra poderá corresponder ao assentamento de um chefe ou rei suevo. Do ponto de vista da arquitectura e da decoração arquitectónica, os restos conhecidos dos templos bracarenses deste período revelam-nos, por um lado, uma surpreendente actualização de modelos construtivos, detectando-se influências oriundas da zona adriática e, por outro lado, a perduração de padrões arquitectónicos romanos, com evoluções que acolhem as tradições decorativas locais, assimilando a simbólica do cristianismo (Fontes 2009). (Fig.6 e 7).



FIG. 5A, 5B, 5C, 5D CAPITÉIS (MPXII/BPEREIRA). © UAUM/LFONTES.

Sé de Braga

A Sé Catedral de Braga localiza-se ao centro da cidade medieval, sobrepondo-se à periferia norte da malha urbana romana, em zona contígua mas ainda interior da muralha que envolveu a cidade no século IV. Sob as actuais capela-mor e quadra central do transepto conservam-se partes significativas de paredes de alvenaria e/ou de cantaria graníticas, associadas a uma sequência ocupacional relativamente longa, que se recua até ao século I.

De funcionalidade desconhecida, existiu aqui um grande edifício romano que ocuparia todo o quarteirão, com cerca de 33 x 33 metros. Para além de remodelações intermédias, atestadas por repavimentações, este edifício terá sofrido uma profunda transformação entre finais do século III e inícios do século IV, época em que terá passado a existir uma compartimentação mais ampla.

Em data posterior ao séc. IV este edifício conheceu diversas remodelações, identificando-se um conjunto de elementos construídos que testemunham com clareza variações na organização funcional do espaço, desde pilares que parecem organizar uma partição em naves até vãos de portas que se rasgam e se entaipam. Sem



FIG.6 SARCÓFAGO PALEOCRISTÃO, DOS SÉCULOS V-VI, PROVENIENTE DE BRAGA (T-MSB/LFONTES).
© UAUM/LFONTES.



FIG.7 EPITÁFIO DE REMISMUERA, DE 1 DE MAIO DE 618, CONSERVADO NA IGREJA DE SÃO VICENTE, BRAGA. © UAUM/LFONTES.

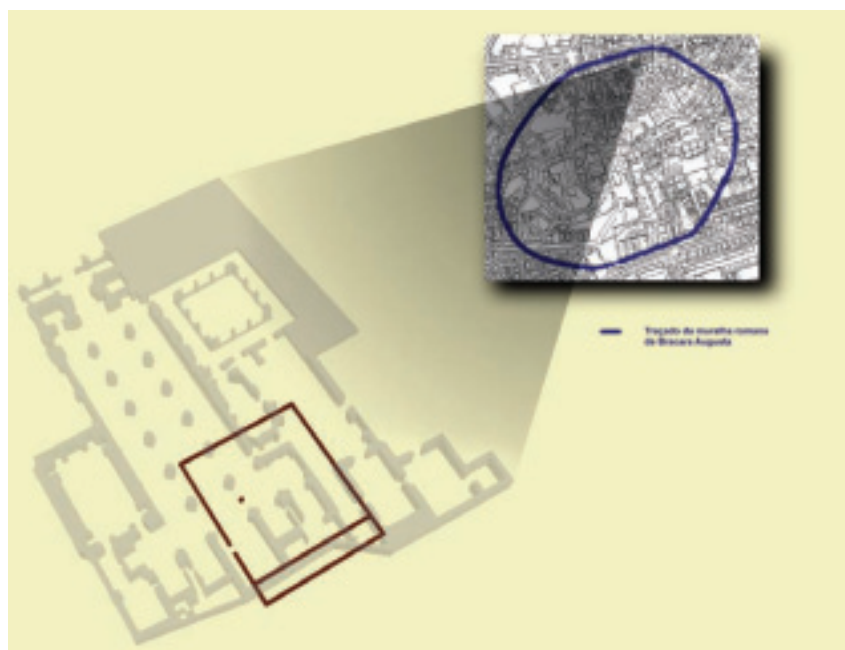


FIG.8 PROPOSTA DE PLANTA DA BASÍLICA PALEOCRISTÃ DE BRAGA (SÉCULOS V-IX). © UAUM/LFONTES.

quaisquer outros dados que permitam pormenorizar as características arquitectónicas e a organização funcional dos espaços relacionados com esta fase, para além da configuração genérica em três naves, fica em aberto a possibilidade do grande edifício romano do Baixo-Império ter sido transformado em templo, até porque os vestígios considerados aceitam a sua integração no modelo basilical paleocristão que se difundiu pela Europa a partir dos séculos III e IV.

Aparentemente, o modelo basilical, que se terá mantido, talvez com variações, até à organização altomedieval do território bracarense (séc. IX-X), só veio a ser definitivamente alterado depois do ano 1000, com a edificação do templo românico. Cumpre destacar, porém, a permanência dos eixos estruturantes da malha urbana romana inicial, patente no facto da mancha edificada do conjunto da catedral ocupar precisamente o espaço correspondente a dois quarteirões da cidade romana (Fontes *et al.* 1997-98) (Fig.8).

Falperra

A estação arqueológica da Falperra (Santa Marta das Cortiças) localiza-se a menos de 3km do centro da cidade de Braga, implantando-se a cerca de 560m de altitude, no topo do promontório que remata, a Sul, o relevo em arco que desenha a cabeceira do rio Este, dominando o troço inicial do curso do rio e a plataforma onde se implanta a cidade de Braga e a estratégica abertura para o vale do rio Cávado. Este sítio já foi objecto de trabalhos arqueológicos em meados do século XX, sob a

direcção de Russel Cortez, Sérgio da Silva Pinto, Arlindo da Cunha e Rigaud de Sousa, tendo sido integralmente descobertas e restauradas as ruínas do palácio e da basílica, interpretando-se então o conjunto como mosteiro (Sousa 1970; Cunha 1975). O diverso espólio recolhido nestas intervenções confirmou a longa ocupação do local, desde o Calcolítico até à Alta Idade Média, relevando a ocupação do período suevo e/ou visigodo. Aí se conservam, para além de vestígios das muralhas que circuitavam o povoado fortificado pré-romano e dispersas pela plataforma superior e mais ou menos visíveis, as ruínas de vários edifícios construídos em alvenaria granítica regular, que se interpretam actualmente como constituintes de um conjunto palatino de época sueva (Fontes 1999, 134; Real 2000, 26-28).

Distinguem-se três edifícios, dispostos em socalcos e todos de planta rectangular: a NE, em plano superior, um grande edifício com 25x16m, correspondente a uma basílica paleocristã, com nave central e abside semicircular inscrita; ao centro, um edifício com 40x14m, com grande sala dividida por alinhamento central longitudinal de pilares e compartimentos anexos, que corresponderá à residência senhorial; em plano inferior, a SO, outro edifício, com compartimentação múltipla, tipo *insula* (Fig.9, 10, 11).



FIG.9 PLANTA DO CONJUNTO PALATINO DA FALPERRA (SEGUNDO SOUSA 1970).
© UAUM/LFONTES.

São Frutuoso

O monumento de São Frutuoso localiza-se num pequeno outeiro denominado Montélios, a 2 quilómetros do centro da cidade de Braga, sobranceiro a um dos vários ribeiros que irrigam a ampla veiga que se estende até ao rio Cávado.

É um mausoléu de fundação visigótica, tendo sido mandado erigir cerca do ano 660 pelo bispo bracarense São Frutuoso para abrigar a sua sepultura, ao lado de um mosteiro dedicado a São Salvador. O mausoléu terá sido reconstruído nos séculos IX-XI, no contexto da organização asturo-leonesa do território e acompanhando provavelmente a implementação do culto de São Frutuoso.

Integrada nas ampliações posteriores do mosteiro de São Francisco, a pequena construção, que no século XVI ainda é descrita como possuindo 22 colunas no seu interior, viria a ficar emparedada entre as alas do convento, sendo “redescoberta” em 1897 pelo arquitecto Ernesto Korrodi. Na década de 30 do século XX, foi sujeito a um discutido projecto de restauro orientado pelo arquitecto João de Moura Coutinho (Brito 2001). (Fig.12).

Considerado como o mais importante e complexo exemplar de arquitectura cristã pré-românica existente em território português, o mausoléu de São Frutuoso já foi objecto de inúmeros estudos, continuando os investigadores a dividir-se, na interpretação do modelo arquitectónico dominante, entre “visigotistas” e “moçarabistas” (Pinto 1968; Coutinho 1978; Almeida 1986; Hauschild 1986; Fontes 1989; Real 1995). Não ultrapassando os 13 metros em cada eixo, construído em sólido aparelho de cantaria granítica, o mausoléu apresenta uma planta em cruz de braços quadrados iguais, o do lado poente recto e com cobertura em abóbada de canhão e os restantes três abrigando absides em arco de ferradura e cobertura compósita. Ao centro eleva-se uma torre-lanterna, rematada por cúpula semi-esférica em tijolo.



FIG.10A PORMENOR DAS RUÍNAS DA BASÍLICA, FOTOGRAFADA EM 1954 (UAUM/RCORTEZ).
© UAUM/LFONTES.



FIG.10B PORMENOR DAS RUÍNAS DA BASÍLICA, FOTOGRAFADA EM 1954 (UAUM/RCORTEZ).
© UAUM/LFONTES.

Interiormente apresenta soluções arquitectónicas elaboradas, desde os arcos centrais das absides com tímpanos tripartidos em arcos em ferradura, assentes em pares de colunas e de impostas, de granito, calcário e mármore, todos com decoração em folhas de acanto, tipo coríntio tardio, até à profusão de sapatas de colunas no



FIG.11 CAPITEL DOS SÉCULOS V-VI (MDDS/MSANTOS). © UAUM/LFONTES.



FIG.12 PERSPECTIVA GERAL EXTERIOR DO MAUSOLÉU DE SÃO FRUTUOSO (UAUM/SCATALÃO). © UAUM/LFONTES.

interior das absides, reveladoras da estruturação de um tecto de grande complexidade formal, cujo arranque era marcado por um friso de calcário decorado com fiores-de-lis em semi-círculos (Fig.13).

Exteriormente, o classicismo das formas é animado, nas absides, por frisos e filetes em calcário, com decoração esculpida representando cordas, contas de rosário e bandas de fiores-de-lis inscritas em semi-círculos; no corpo central elevado, para além dos frisos e filetes, sobressai o entablamento da cornija, decorado com uma arcatura cega de tipo lombardo, em que alternam dois arcos em ferradura com um arco em mitra. O arcosólio e o respectivo sarcófago patentes na fachada setentrional da abside nascente são reconstituições propostas pelo arquitecto Moura Coutinho.

O contexto regional: povoamento e organização do território no domínio suevo e visigodo (sécs. V-VIII)

É aos bispos bracarenses, especialmente S. Martinho de Dume e S. Frutuoso, que se deve uma organização territorial administrativa completamente desenvolvida, com numerosas paróquias e igrejas privadas. E, ao contrário do que a historiografia tradicional considerou, da documentação coeva, designadamente das disposições conciliares, retira-se precisamente que os séculos V, VI e VII foram um período de contínuo labor construtivo, especialmente impulsionado pela Igreja, como confirmam os testemunhos materiais que a arqueologia tem vindo paulatinamente a descobrir. Este labor construtivo depreende-se com clareza dos cânones conciliares de Braga, que testemunham a proliferação de novos templos, cuja consagração importava regular e o cuidado colocado pela hierarquia da Igreja na fixação de procedimentos que assegurassem a conservação dos edifícios de culto (Maciel 1996, 80).

No meio rural, nas proximidades de aglomerados populacionais de maior ou menor importância (*castra-castella*, *vicus* e *villae*), junto a antigos santuários ou em locais de interesse colectivo, como centros mercantis, surgiram também igrejas, basílicas e mosteiros, construídas por iniciativa do bispo, das comunidades locais ou por vontade individual de um proprietário mais abastado – para além dos vestígios seguros de templos na cidade de Braga e nos seus arredores (Dume, São Frutuoso e Falperra), estão identificadas ruínas de um templo suévico ou visigótico na Costa (Guimarães) e indícios muito prováveis de outros em Santa Eulália de Águas Santas / Rio Covo e Banho (Barcelos), Facha (Ponte de Lima), Vila Mou (Viana do Castelo), Antime (Fafe), São João de Rei (Póvoa de Lanhoso), Santa Maria de Ferreiros (Amares), São João do Campo (Terras de Bouro) e Santo Adrião (Vizela) (Almeida 1986; Costa 1997). No mais vasto território bracarense, a revisão crítica da documentação e da bibliografia, a par de novos achados arqueológicos, proporcionam uma nova leitura da ocupação e organização do território, até hoje insuspeita (Fontes 2009).

Mais abundantes e dispersos por toda a região do entre Douro-e-Minho, são os inúmeros locais correspondentes a povoados que oferecem testemunhos arqueológicos de ocupação continuada até à alta Idade Média: Cantelães, Parada de Bouro, Pandozes e Rossas, em Vieira do Minho; Lindoso, em Ponte da Barca; Lanhoso, Calvos e São João de Rei, em Póvoa de Lanhoso; Beiral do Lima, Facha, Boalhosa, Santo Ovídio e Santa Cruz do Lima, em Ponte de Lima; Santa Eulália de Águas Santas, Faria, Arefe, Lousado, Cristelo, Martim, Vila Cova e Abade de Neiva, em Barcelos; Cendufe, Eiras, Giela, Tavares, Parada e Santa Maria do Vale, em Arcos de Valdevez; Vila Mou, Areosa, Carmona e Santa Luzia, em Viana do Castelo; Lovelhe, em Vila Nova de Cerveira; Alvaredo, Paderne e Castro Laboreiro, em Melgaço (Fontes 2009). (Fig.14).

Se a estes vestígios, a que acrescem todos os outros cartografados na Figura 17, acrescentarmos as referências toponímicas de antroponímia genitiva, isto é, relativa a possesores ou proprietários, reconhecidamente anteriores ao domínio árabe na Península (Fernandes 1990, 257), ficaremos com um quadro bem mais aproximado da densidade de ocupação do território (Fig.18) durante os séculos V-VII. (Fig.15). No vasto território entre os rios Minho e Douro, os grandes povoados fortificados (os *castra-castella* de Idácio), são omnipresentes. Embora alguns devam ser de fundação contemporânea do domínio suevo-visigótico, a maior parte são de fundação bem mais antiga, ainda anterior ao domínio romano. Com ocupação continuada ou interrompida, esses povoados abrigaram as populações que, fortemente rarefeitas pelas fomes e pestes do século VII, sobreviveram aos tempos incertos de desarticulação do poder no século VIII e que no século seguinte viriam a sustentar o novo esforço de organização protagonizado pela expansão asturiana.

Abandonados definitivamente a partir dos séculos X-XI, continuaram a servir de referencial na localização das propriedades e na delimitação de termos durante toda a Idade Média. Ainda hoje chamados 'castros', permanecem agora envoltos em lendas de mours encantadas, que parecem proteger as suas ruínas, até que alguém desvende os seus mistérios e construa as suas memórias.

O projecto de valorização das ruínas arqueológicas de Dume

Culminando um longo processo de petições e requerimentos, já iniciado em 1919 de modo informal, aquando da retirada do Túmulo dito de São Martinho de Dume da capela-mor da igreja paroquial de Dume, e mais formalmente desde 1981, foi superiormente determinado, por despacho do Senhor Secretário de Estado da Cultura, de 20 de Novembro de 1982, que se procedesse à instalação do referido túmulo na paróquia, devendo para o efeito serem criadas as condições indispensáveis.

Entre 1987 e 1991, na sequência quer das obras de restauro da capela de Nossa Senhora do Rosário, como da ampliação da igreja paroquial de Dume, realizaram-se

FIG.13 VISTA PARCIAL DO INTERIOR DO MAUSOLÉU DE SÃO FRUTUOSO (UAUM/SCATALÃO). © UAUM/LFONTES.



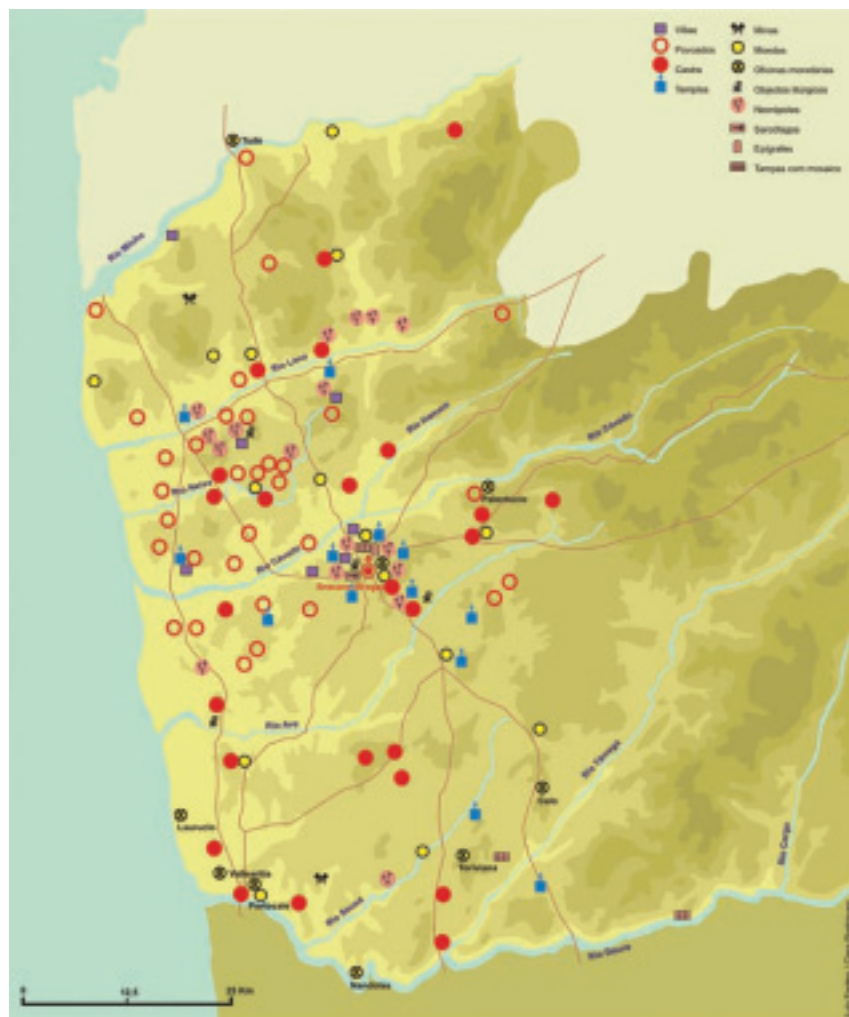


FIG.14 CARTOGRAFIA ARQUEOLÓGICA DE POVOAMENTO NOS SÉCULOS V-VII, ENTRE OS RIOS MINHO E DOURO. © UAUM/LFONTES.

escavações arqueológicas, financiadas pelo governo central através do ex-Instituto Português do Património Cultural e pela Fundação Calouste Gulbenkian, no subsolo do adro e no interior da igreja, colocando-se a descoberto um importante conjunto de vestígios da época de São Martinho de Dume.

A importância e valor histórico, cultural e científico das ruínas arqueológicas de Dume, correspondentes aos vestígios da basílica cristã mandada construir pelo rei suevo Charrarico, em meados do século VI e de parte do mosteiro fundado por São Martinho de Dume, reaproveitando parte de uma *uilla* romana, da qual se conserva a totalidade da planta de um balneário, levaram à consideração, já em 1991, de que a instalação do túmulo dito de São Martinho de Dume na freguesia se deveria associar à conservação e valorização das ruínas arqueológicas descobertas em torno

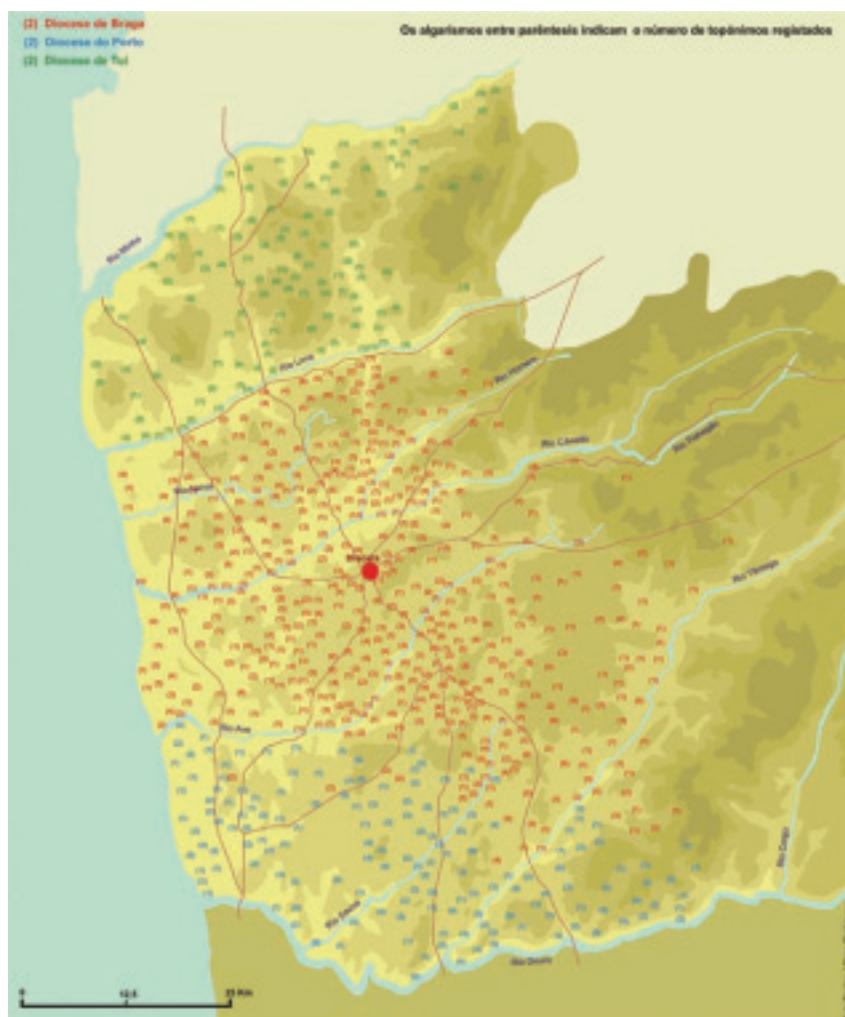


FIG.15 CARTOGRAFIA DE TOPONÍMIA ANTROPONÍMICA GENITIVA ANTERIOR AO SÉCULO VIII, ENTRE OS RIOS MINHO E DOURO (SEGUNDO FERNANDES 1990). © UAUM/LFONTE.

da igreja paroquial de Dume, abandonando-se o projecto inicial de colocação na capela de Nossa Senhora do Rosário, a qual se veio a considerar inadequada. Esta valorização deveria contemplar, numa 1.ª fase, a construção de raiz de um edifício para albergar o Túmulo dito de São Martinho de Dume e para funcionar como centro de recepção ao Núcleo Arqueológico de São Martinho de Dume, numa 2.ª fase, a criação de um percurso museológico entre o novo edifício e a igreja, à menor cota possível, isto é, sob o actual adro, de modo a proporcionar uma visita às ruínas conservadas; numa 3.ª fase, será completado o circuito com a valorização do balneário romano. Cumprindo todas as formalidades legais, que contemplaram a aprovação do projecto pelo Instituto Português do Património Arquitectónico, após escavações arqueológicas prévias entre 2003 e 2005 e satisfação dos requisitos de funcionalidade e de



FIG.16 PERSPECTIVA ACTUAL DO NÚCLEO MUSEOLÓGICO DE DUME. © UAUM/LFONTES.

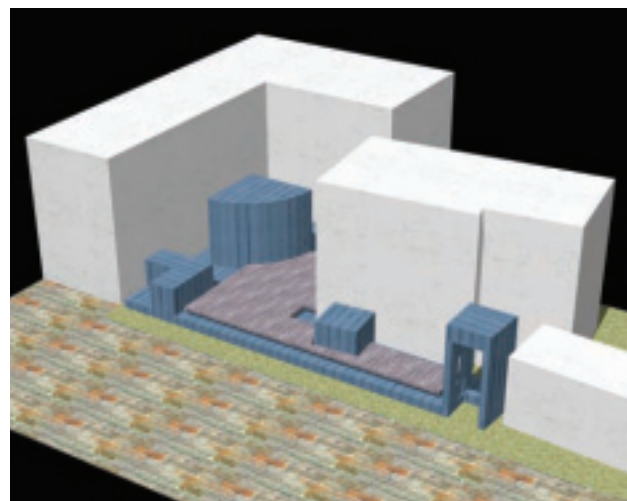


FIG.17 ANTEVISÃO DA 2.ª FASE DE VALORIZAÇÃO DAS RUÍNAS ARQUEOLÓGICAS DE DUME, NA ZONA DO ADRO (CMB/AMIGUEL). © UAUM/LFONTES.

segurança estabelecidos pelo Museu Regional de Arqueologia D. Diogo de Sousa, construiu-se em 2006, com financiamento do Município de Braga, o edifício para albergar o Túmulo dito de São Martinho Dumense.

Com este equipamento, inaugurado no dia 6 de Agosto (dia da festa litúrgica de São Martinho de Dume), pretendeu a Junta de Freguesia de Dume criar um pólo destinado a fins culturais e lúdicos, funcionando como centro de interpretação do conjunto de ruínas arqueológicas de Dume, podendo albergar exposições, recepcionar visitas organizadas de público escolar e público indiferenciado mas também de especialistas em Arqueologia e História, potenciando a sua integração, com outros monumentos da época, num circuito da 'Braga Cristã Antiga'.

O visitante poderá, assim, no futuro, não só observar o monumento funerário, como fazer uma espécie de 'viagem no tempo', circulando em cave pelo adro e interior da igreja, vendo ruínas da *uilla* romana e do mosteiro e basílica suevas (Fig.16 e 17). ●

Bibliografia

ALMEIDA, C.A.F. 1986. Arte Moçárabe e da Reconquista, in C.A.F. de Almeida (coord.). *História da Arte em Portugal*, 2. Lisboa: 97-145.

BRITO, M.M. 2001. As fases do restauro da capela de S. Frutuoso de Montélios. A fragilidade da reintegração nacionalista face à evolução historiográfica. *Museu*, IV Série, 10: 223-277.

COSTA, A.J. 1997. *O Bispo D. Pedro e a Organização da Arquidiocese de Braga*, vol. I, (2.^a ed., refundida e ampliada), Braga: Irmandade de São Bento da Porta Aberta.

COUTINHO, J.M. 1978. *S. Frutuoso de Montêlios: as artes pré-românicas em Portugal*. Braga: Aspa.

CUNHA, A. R. 1975. Trepando aos montes. *O Distrito de Braga*, 2.^a Série, I: 487-495.
Fernandes, A.A. 1990. Oposição toponímica à doutrina do despovoamento do Norte de Portugal nos séculos VIII-X. In *IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga, Actas do Congresso Internacional, I: O Bispo D. Pedro e o ambiente Político-Religioso do Século XI*. Braga: 225-282.

FONTES, L. 1989. *S. Frutuoso de Montêlios*, Braga: Comissão de Turismo Verde Minho.

FONTES, L. 1991-92. Salvamento Arqueológico de Dume (Braga). Resultados das Campanhas de 1989-90 e 1991-92. *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 8-9: 199-230.

FONTES, L. 1999. O reino Suevo e o papel da Igreja na organização do território, in *A História no Eixo Atlântico*, (coord. de Xosé Manuel Souto González). Vigo: Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular: 131-143.

FONTES, L. 2006. *A Basílica Sueva de Dume e o Túmulo dito de São Martinho*. Braga: Núcleo de Arqueologia da Universidade do Minho.

FONTES, L., Lemos, F. e Cruz, M. 1997-98. "Mais Velho" que a Sé de Braga. Intervenção Arqueológica na Catedral Bracaraense: notícia preliminar. *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 14-15: 137-164.

HAUSCHILD, T. 1986. Arte Visigótica, in J. Alarcão (coord.), *História da Arte em Portugal*, 1. Lisboa: 149-169.

MACIEL, M.J.. *Antiguidade Tardia e Paleocristianismo em Portugal*. Lisboa: Ed. autor.

PINTO, S.S. 1968. Notas sumárias de ordem histórica sobre a igreja de S. Frutuoso. *Bracara Augusta*, 22 (51/54): 113-120.

REAL, M. L. 1995. Inovação e Resistência: dados recentes sobre a antiguidade cristã no ocidente peninsular, in *IV Reunião de Arqueologia Cristiana Hispânica*, Barcelona (Lisboa 1992). Barcelona: 17-68.

REAL, M. L. 2000. Portugal: cultura visigoda e cultura moçárabe, in *Visigodos y Omeyas. Un debate entre la Antigüedad Tardía y la Alta Edad Media*. Madrid: Anejos de AEspA, XXIII: 21-75.

SOUSA, J.J.R. 1970. A Estação Arqueológica da Falperra. Notas para a sua História. *Arquivo de Beja*, XXV-XXVII: 57-64.